

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	39
----------------------	----

PARTE I NOÇÕES FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	43
1. Conceito de direito processual.....	43
1.1. Especialização do direito processual.....	43
1.2. Direito material e processual do trabalho	44
2. Classificação dos processos trabalhistas.....	45
3. Autonomia.....	46
3.1. Autonomia legislativa.....	47
3.2. Autonomia judicial	48
3.3. Autonomia científica e didática.....	49
4. Princípios.....	50
4.1. Princípios constitucionais do processo.....	51
A) Princípio da igualdade de tratamento versus princípio protetivo ou tutelar	51
– Obrigatoriedade do depósito recursal para os empregadores	52
– Fixação da competência em razão do lugar no local da prestação de serviço	53
– Aplicação da regra do <i>in dubio pro operario</i> em matéria probatória.....	53
– Início da execução de ofício pelo juiz.....	53
– Arquivamento pelo não comparecimento do trabalhador.....	53
– Conclusão	54
B) Princípio do devido processo legal	54
– Princípio do contraditório	55
– Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	56
– Princípio do Juiz natural.....	57
– Princípio da motivação das decisões judiciais.....	57
4.2. Princípios do processo civil e do trabalho	58
A) Princípio da conciliação.....	58
B) Princípio da imediatidade.....	62
C) Princípio da oralidade e da escrituração	62
D) Princípio da publicidade.....	63
E) Princípio da concentração dos atos processuais	64
F) Princípio da identidade física do juiz	65
G) Princípio da celeridade	66
H) Princípio da ultrapetição.....	67
I) Princípio do impulso oficial ou inquisitivo e o princípio dispositivo.....	68

J) Princípio do duplo grau de jurisdição	70
l) Princípio da lealdade processual.....	70
M) Princípio da jurisdição normativa	72
N) Princípio da informalidade ou da instrumentalidade das formas	73
O) Princípio da eventualidade.....	74
P) Princípio da concisão.....	74
Q) Princípio da cooperação.....	76
5. Natureza jurídica do direito processual do trabalho	77
6. Fontes	77
6.1. Constituição	78
6.2. Leis	78
6.3. Decretos e portarias.....	80
6.4. Atos normativos dos tribunais e dos juízes.....	80
6.5. Costume	81
6.6. Hierarquia das fontes	82
7. Aplicação das normas processuais trabalhistas.....	82
7.1. Interpretação.....	83
7.2. Integração	83
7.3. Vigência no tempo.....	86
7.4. Vigência no espaço.....	87
8. Informativos do TST sobre a matéria	87
9. Quadro sinóptico.....	88
10. Questões	91
10.1. Questões objetivas.....	91
10.2. Questões discursivas.....	93
11. Gabarito.....	93
11.1. Gabarito das questões objetivas	93
11.2. Gabarito das questões discursivas	94

CAPÍTULO II

JURISDIÇÃO E AÇÃO TRABALHISTA.....	95
1. Formas de solução dos conflitos trabalhistas	95
1.1. Autotutela.....	96
1.2. Autocomposição	96
1.3. Arbitragem.....	97
1.4. Mediação	99
1.5. Comissões de conciliação prévia	100
1.6. Jurisdição	101
A) Conceito	102
B) Características e princípios	102
C) Jurisdição contenciosa e voluntária	104
2. Organização da Justiça do Trabalho	105
2.1. Tribunal Superior do Trabalho	106
A) ENAMAT	107
B) Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	107
C) Conselho Nacional de Justiça	109
2.2. Tribunais Regionais do Trabalho	110
2.3. Varas do Trabalho	111

2.4.	Juiz do trabalho.....	112
	A) Investidura na primeira instância.....	113
	B) Concurso público.....	113
	C) Juiz Titular de Vara do Trabalho	114
	D) Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho	115
	E) Ministros do TST.....	116
	F) Garantias dos magistrados	116
	– Vitaliciedade.....	116
	– Inamovibilidade	117
	– Irredutibilidade de subsídios.....	117
	G) Prerrogativas.....	118
	H) Deveres	118
	I) Proibições.....	119
	J) Impedimento e suspeição do juiz.....	120
2.5.	Ministério Público do Trabalho.....	123
	A) Organização	124
	B) Atribuições.....	125
	C) Prerrogativas.....	127
	D) Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho	128
2.6.	Juízes de Direito.....	132
2.7.	Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho	133
	A) Secretarias das Varas do Trabalho	133
	B) Secretaria dos Tribunais	134
	C) Serviço de distribuição de feitos.....	134
	D) Oficiais de Justiça Avaliadores.....	135
	E) Órgãos auxiliares eventuais	136
3.	Competência.....	136
3.1.	Competência internacional	137
3.2.	Competência absoluta.....	139
	A) Competência em razão da matéria	140
	– Servidor público	144
	– Relação de trabalho	149
	– Competência em matéria de greve.....	151
	– Conflitos relacionados com sindicatos	153
	– Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	155
	– Conflitos de competência	156
	– Indenização por danos morais	157
	– Acidente do trabalho	157
	– Penalidade administrativa	159
	– Contribuições sociais.....	160
	– Outras controvérsias	162
	– Complementação de aposentadoria	162
	– Seguro-desemprego	164
	– Falência e recuperação judicial.....	164
	B) Competência funcional	168
	– Varas do Trabalho.....	169
	– Tribunal Regional do Trabalho	170

– Tribunal Superior do Trabalho.....	171
3.3. Competência relativa	172
A) Competência em razão do lugar	173
– Omissão da norma	174
– Agente ou viajante comercial	175
– Empregado brasileiro trabalhando no estrangeiro	175
– Natureza da atividade empresarial.....	176
– Relação de trabalho	178
B) Competência em razão do valor da causa.....	178
C) Modificação da competência	179
3.4. Competência normativa.....	180
3.5. Conflito de competência.....	181
4. A ação trabalhista.....	183
4.1. Conceito e natureza jurídica.....	184
4.2. Condições da ação trabalhista	185
4.3. Classificação das ações trabalhistas	185
A) Reclamação meramente declaratória	186
B) Reclamação condenatória	187
C) Reclamação constitutiva	187
D) Reclamação executiva <i>lato sensu</i>	188
E) Reclamação mandamental	189
5. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho	190
6. Informativos do TST sobre a matéria	190
7. Quadro sinóptico	197
8. Questões	205
8.1. Questões objetivas.....	205
8.2. Questões discursivas.....	213
9. Gabarito.....	213
9.1. Gabarito das questões objetivas	213
9.2. Gabarito das questões discursivas	217

CAPÍTULO III

PROCESSO DO TRABALHO 219

1. Das partes	219
1.1. Capacidade de ser parte.....	221
1.2. Capacidade de estar em juízo	221
1.3. Representação	222
A) Incapazes.....	222
B) Pessoa casada	223
C) Pessoa jurídica de direito público interno.....	224
D) Massa falida.....	227
E) Herança jacente ou vacante	228
F) Espólio	228
G) Pessoas jurídicas de direito privado	229
H) Pessoas jurídicas estrangeiras.....	229
I) Condomínio.....	230
J) Idosos e portadores de doenças graves.....	230
1.4. Denominação das partes	231

1.5.	Substituição processual do sindicato.....	231
1.6.	O Ministério Público do Trabalho como parte	235
2.	Litisconsórcio.....	237
2.1.	Classificação dos litisconsórcios.....	237
	A) Ativo, passivo ou misto.....	237
	B) Originário ou superveniente	238
	C) Necessário ou facultativo	238
	D) Simples ou unitário	239
2.2.	O litisconsórcio na CLT.....	240
2.3.	Hipóteses clássicas de litisconsórcio no processo do trabalho	240
2.4.	Efeitos do litisconsórcio	243
3.	Procuradores	245
3.1.	<i>Ius postulandi</i>	245
3.2.	Procuração	249
	A) Mandato tácito e expresso.....	252
	B) Substabelecimento.....	253
3.3.	Direitos do advogado	256
4.	Intervenção de terceiros.....	257
4.1.	Assistência.....	259
	A) Espécies.....	259
	B) Procedimento	260
4.2.	Denúnciação da lide.....	260
	A) Conceito	260
	B) Cabimento no processo do trabalho	261
	C) Procedimento	262
4.3.	Chamamento ao processo	263
	A) Cabimento no processo do trabalho	263
	B) Alegação de <i>factum principis</i>	264
	C) Procedimento	265
4.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	265
4.5.	<i>Amicus Curiae</i>	266
5.	Deveres das partes	268
5.1.	Litigância de má-fé.....	268
5.2.	Indenização por dano processual.....	269
5.3.	A sanção pela litigância de má-fé no processo do trabalho	270
5.4.	Assédio processual.....	272
6.	Despesas processuais	272
6.1.	Custas processuais	272
	A) Recolhimento.....	273
	B) Base de cálculo e valor das custas	273
6.2.	Emolumentos	276
6.3.	Honorários advocatícios.....	277
6.4.	Honorários do perito	281
6.5.	Assistência judiciária e justiça gratuita.....	284
	A) Assistência judiciária no processo do trabalho.....	284
	B) Justiça gratuita.....	285
	C) Procedimento para concessão da justiça gratuita	288
	D) Ações coletivas.....	288

7. Substituição das partes e dos procuradores	289
7.1. Substituição de parte.....	289
7.2. Substituição de procuradores.....	290
8. Atos e termos processuais	291
8.1. Validade do ato processual	291
8.2. Espécies	291
A) Atos dos juízes	292
B) Atos das partes.....	292
C) Atos e termos dos auxiliares	294
8.3. Forma dos atos e termos processuais.....	295
8.4. Comunicação dos atos processuais	296
A) Tecnologia e a comunicação dos atos processuais	296
B) Citação.....	297
– Aplicação no processo do trabalho	298
– Características	299
– Procedimento	299
C) Notificação.....	300
– Espécies.....	301
– Requisitos.....	303
D) Intimação	304
8.5. Comunicação dos atos processuais por carta.....	307
A) Uso da tecnologia	308
B) Carta precatória.....	308
C) Carta de ordem	309
D) Carta rogatória	309
8.6. Tempo do ato processual.....	310
8.7. Lugar dos atos processuais.....	311
9. Dos prazos	311
9.1. Contagem do prazo.....	313
A) Termo inicial e final em dias não úteis	315
B) Início da contagem do prazo.....	316
9.2. Suspensão e interrupção da contagem do prazo	317
9.3. Preclusão.....	320
10. Invalidade dos atos processuais.....	321
10.1. Ato processual inexistente	321
10.2. Nulidade absoluta	322
10.3. Nulidade relativa ou anulabilidades.....	323
10.4. Princípios.....	324
A) Princípio da transcendência ou do prejuízo.....	324
B) Princípio da convalidação ou da preclusão	324
C) Princípio do interesse	325
D) Princípio da causalidade ou da utilidade	326
10.5. Saneamento ou repetição do ato defeituoso.....	326
11. Suspensão do processo.....	329
11.1. Suspensão por vontade das partes.....	330
11.2. Morte das partes e do advogado	330
11.3. Exceções processuais.....	330
11.4. Suspensão para aguardar o julgamento de outra demanda	330

11.5. Expedição de carta precatória	331
12. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho	331
13. Informativos do TST	331
14. Quadro sinóptico	342
15. Questões	354
15.1. Questões objetivas.....	354
15.2. Questões discursivas.....	363
16. Gabarito.....	363
16.1. Gabarito das questões objetivas	363
16.2. Gabarito das questões discursivas	367

PARTE II PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO I

PROCESSO, PROCEDIMENTO E AUTOS.....	373
1. Procedimento ordinário	374
2. Procedimento sumaríssimo.....	374
2.1. Enquadramento	374
2.2. Procedimento.....	375
2.3. Sentença	376
2.4. Recurso	376
3. Procedimento da Lei nº 5.584/70	381
3.1. Denominação	381
3.2. Peculiaridades	381
3.3. Revogação tácita da Lei nº 5.584/70 pela Lei nº 9.957/2000	382
4. Inquérito para apuração de falta grave.....	383
4.1. Cabimento.....	383
4.2. Decadência	384
4.3. Natureza jurídica.....	385
4.4. Procedimento.....	385
5. Autos físicos e eletrônicos.....	387
6. Informativos do TST sobre a matéria	388
7. Quadro sinóptico	389
8. Questões	390

CAPÍTULO II

PETIÇÃO INICIAL DO DISSÍDIO INDIVIDUAL DO TRABALHO.....	393
1. Conceito	393
2. Forma	394
3. Denominação	394
4. Previsão legal.....	395
4.1. Consolidação das Leis do Trabalho.....	395
4.2. Código de Processo Civil	395
4.3. Diferenças.....	396
5. Requisitos da petição inicial	397
5.1. Destinatário da petição inicial	397
5.2. Qualificação das partes.....	398

5.3. Fatos e fundamentos jurídicos do pedido	399
A) Fatos.....	399
B) Fundamentos jurídicos	400
C) Declaração de inconstitucionalidade.....	401
5.4. Pedido.....	402
A) Conceito	402
B) Espécies.....	402
C) Pedido certo e determinado	403
D) Pedido alternativo.....	404
E) Cumulação subsidiária de pedidos.....	404
F) Pedido cominatório	405
G) Cumulação de pedidos	406
H) Pedidos implícitos	407
5.5. Valor da causa	407
5.6. Provas	409
5.7. A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	410
5.8. Documentos que acompanham a inicial.....	411
5.9. Outros requisitos	412
6. Distribuição, registro e autuação	413
7. Defeitos sanáveis	415
8. Indeferimento da petição inicial.....	416
8.1. Natureza jurídica da decisão de indeferimento	417
8.2. Indeferimento por inépcia no processo do trabalho.....	417
8.3. Recurso da decisão de indeferimento.....	417
9. Aditamento.....	418
10. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho	419
11. Informativos do TST sobre a matéria	420
12. Quadro sinóptico.....	420
13. Questões	423

CAPÍTULO III

DA RESPOSTA DO RECLAMADO 425

1. Generalidades	425
2. Forma	425
3. Prazo.....	426
4. Espécies.....	427
5. Contestação	428
5.1. Preliminares de mérito ou defesas processuais.....	429
A) Inexistência ou nulidade da citação.....	431
B) Incompetência.....	431
C) Inépcia da petição inicial	433
D) Perempção.....	433
– Perempção temporária	434
– Extensão da sanção	434
– Termo inicial do prazo.....	435
– Procedimento	435
– Redução da reclamação verbal a termo	435
E) Litispendência e coisa julgada.....	435

F)	Conexão e continência	436
G)	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização	437
H)	Convenção de arbitragem	438
I)	Ausência de legitimidade ou de interesse processual	438
J)	Falta de caução	439
K)	Indevida concessão do benefício de gratuidade da justiça	439
L)	Incorreção do valor da causa	439
5.2.	Prejudicial de mérito	440
5.3.	Mérito	441
6.	Exceção	442
6.1.	Exceção de suspeição e impedimento	444
A)	Procedimento	445
B)	Competência	445
6.2.	Exceção de incompetência em razão do lugar	447
A)	Procedimento	447
B)	Recurso	448
7.	Reconvenção	450
7.1.	A reconvenção no processo do trabalho	451
7.2.	Características	452
7.3.	Procedimento	453
8.	Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho	454
9.	Informativos do TST sobre a matéria	455
10.	Quadro sinóptico	455
11.	Questões	459

CAPÍTULO IV

AUDIÊNCIA	463	
1.	Generalidades	463
1.1.	Representação das partes na audiência	464
1.2.	Atraso à audiência	467
1.3.	Conciliação	468
1.4.	Características da audiência	472
A)	Unicidade	472
B)	Necessidade	473
C)	Publicidade	473
1.5.	Adiamento da audiência	473
1.6.	Registro da audiência	475
2.	Desistência da reclamação trabalhista	476
3.	Arquivamento da reclamação trabalhista	477
4.	Revelia	478
4.1.	Efeitos da revelia	479
4.2.	Exclusão dos efeitos da revelia	481
5.	Réplica do reclamante	482
6.	Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo e saneamento do processo	483
7.	Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho	486
8.	Informativos do TST sobre a matéria	486
9.	Quadro sinóptico	488
10.	Questões	489

CAPÍTULO V

PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO	495
1. Introdução	495
1.1. Conceito de prova.....	495
1.2. Objeto da prova.....	496
1.3. Tratamento legal trabalhista	497
1.4. Momento da prova	497
2. Princípios.....	498
2.1. Necessidade da prova	498
2.2. Persuasão racional do juiz.....	499
2.3. Concentração processual.....	500
2.4. Indivisibilidade da prova	500
2.5. Princípio da busca da verdade real.....	501
2.6. Comunhão dos meios de prova	501
2.7. <i>In dubio pro misero</i>	501
3. Peculiaridades do processo do trabalho.....	502
3.1. Interrogatório das partes	502
3.2. Validade da prova testemunhal.....	504
4. Oportunidade	504
4.1. Requerimento das partes.....	504
4.2. Admissão ou indeferimento das provas.....	505
4.3. Produção das provas.....	505
4.4. Produção antecipada das provas	505
A) Competência territorial	506
B) Procedimento.....	506
C) Ata notarial	506
5. Dispensa da prova.....	507
5.1. Fatos incontroversos.....	507
5.2. Fato notório.....	507
5.3. Fatos confessados	507
5.4. Presunção <i>iure et de iure</i>	508
5.5. Prova emprestada	508
6. Meios de prova.....	508
6.1. Provas ilícitas e ilegítimas	509
6.2. Depoimento pessoal.....	511
A) Procedimento	511
B) Limites	512
C) Confissão e suas consequências.....	513
– Conceito	513
– Espécies.....	513
– Confissão em litisconsórcio	514
6.3. Documental.....	514
A) Conceito	514
B) Forma.....	514
C) Espécies.....	517
D) Oportunidade de juntada	517
E) Arguição de falsidade.....	518

–	Conceito	518
–	Espécies.....	519
–	Ônus da prova.....	519
–	Oportunidade e procedimento	520
6.4.	Testemunhal	521
A)	Conceito	521
B)	Capacidade, impedimento e suspeição da testemunha	521
C)	Quantidade	523
D)	Rol de testemunhas	523
E)	Local da inquirição.....	524
F)	Procedimento	526
G)	Dever de depor da testemunha	528
H)	Contradita.....	529
I)	Consequências.....	529
J)	Direitos e deveres da testemunha.....	530
6.5.	Pericial	531
A)	Conceito de perito.....	531
B)	Conceito de assistente técnico	532
C)	Capacidade, impedimento e suspeição do perito.....	532
D)	Prerrogativas e deveres do perito	533
–	São prerrogativas do perito	533
–	São deveres do perito	534
E)	Perícia	535
F)	Espécies de perícia	535
G)	Procedimento pericial.....	535
–	Nomeação do perito	536
–	Honorários do perito.....	536
–	Justiça gratuita.....	537
–	Apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico	538
–	Realização da perícia.....	538
–	Laudo pericial.....	539
H)	Força probatória do laudo pericial	540
I)	Perícia de insalubridade e periculosidade	540
J)	Perícia médica de doença ocupacional e acidente do trabalho típico	541
l)	Diferenças entre o perito e a testemunha	542
6.6.	Inspeção judicial	543
7.	Ônus da prova	545
7.1.	Regra clássica de distribuição do ônus da prova.....	545
7.2.	Convenção sobre o ônus da prova	546
7.3.	Distribuição dinâmica do ônus da prova – Inversão do ônus da prova.....	547
A)	Inversão legal e judicial.....	547
B)	Momento da inversão.....	548
7.4.	Casos específicos	548
8.	Presunções	550
8.1.	<i>Iure et de iure</i>	551
8.2.	<i>Iuris tantum</i>	551
8.3.	Presunção <i>hominis</i>	551
8.4.	Prova do dano moral puro.....	552

8.5. Casos específicos	553
9. Indícios	553
10. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho	554
11. Informativos do TST sobre a matéria	554
12. Quadro sinóptico	556
13. Questões	563
13.1. Questões objetivas.....	563
13.2. Questões discursivas.....	567
14. Gabarito.....	567
14.1. Gabarito das questões objetivas	567
14.2. Gabarito das questões discursivas	569

CAPÍTULO VI

RAZÕES FINAIS	571
1. Introdução	571
2. Análise da prova	572
3. Protesto – decisão interlocutória.....	572
4. Impugnação ou revisão do valor da causa	573
5. Razões finais reiterativas	574
6. Quadro sinóptico	574

CAPÍTULO VII

SENTENÇA	575
1. Atos do juiz.....	575
2. Espécies.....	576
2.1. Quanto ao conteúdo do pedido imediato.....	576
A) Declaratória.....	576
B) Condenatória	576
C) Constitutiva	577
D) Executiva.....	577
E) Mandamental.....	577
2.2. Quanto à análise do mérito	577
A) Sentença terminativa	577
B) Sentença definitiva	578
2.3. Quanto à espécie de cognição.....	579
A) Provisória	579
B) Definitiva	579
3. Prazo para proferir a sentença e decisão surpresa.....	579
4. Estrutura da sentença	581
4.1. Relatório	581
4.2. Fundamentos	582
4.3. Dispositivo.....	584
5. A sentença e as contribuições sociais.....	585
6. Defeitos da sentença.....	587
6.1. Sentença <i>citra petita</i>	588
6.2. Sentença <i>ultra petita</i>	589
6.3. Sentença <i>extra petita</i>	589

7. Tutelas provisórias.....	590
7.1. Disciplinamento legal da tutela de urgência	591
7.2. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	591
A) Existência de perigo de dano ou do risco do resultado útil do processo	592
B) Reversibilidade do provimento antecipado.....	593
7.3. Tutela cautelar.....	593
A) Previsão legal.....	593
B) Competência.....	594
C) Sentença.....	594
D) Recurso	594
E) Responsabilidade do requerente.....	594
7.4. Tutela de evidência.....	595
7.5. Aplicabilidade ao processo do trabalho.....	596
7.6. Recurso.....	596
8. Tutela específica nas obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa	598
8.1. As obrigações de fazer e não fazer	598
8.2. A primazia da tutela específica.....	598
8.3. Conversão da tutela específica em perdas e danos.....	600
8.4. Astreinte e medidas de apoio para a efetividade da tutela.....	601
9. Sentença de improcedência antecipada.....	603
10. Efeitos acessórios da sentença	603
10.1. Hipoteca judicial	604
10.2. Protesto.....	604
10.3. Cadastro de inadimplentes.....	605
11. Informativos do TST sobre a matéria	605
12. Quadro sinóptico	608
13. Questões	611

CAPÍTULO VIII

COISA JULGADA	613
1. Identidade de ação	613
2. Coisa julgada formal	615
3. Coisa julgada material.....	616
4. Coisa julgada em relação à União.....	616
5. Erro material.....	618
6. Preclusão.....	619
7. Extensão da coisa julgada	620
7.1. Limites objetivos.....	620
7.2. Limites subjetivos.....	620
8. Questão prejudicial.....	621
9. Relação jurídica continuativa	622
10. Efeitos da coisa julgada criminal e civil no processo do trabalho.....	623
11. Duplo grau de jurisdição necessário	625
12. Informativos do TST sobre a matéria	627
13. Quadro sinóptico.....	629
14. Questões	631

PARTE III DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E RECURSOS

CAPÍTULO I

AÇÃO RESCISÓRIA	635
1. Introdução	635
2. Conceito e natureza jurídica.....	636
3. Aplicabilidade no processo do trabalho	637
4. Competência.....	638
5. Legitimidade.....	640
6. Hipóteses de cabimento	641
6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	645
A) Concussão.....	646
B) Corrupção.....	646
C) Prevaricação.....	646
6.2. Juiz impedido ou absolutamente incompetente.....	647
A) Competência absoluta	647
B) Causas de impedimento	647
6.3. Dolo, coação, simulação e colusão.....	648
A) Dolo e coação.....	648
B) Simulação e colusão.....	649
6.4. Ofensa à coisa julgada	650
6.5. Violação manifesta de norma jurídica.....	652
6.6. Prova falsa.....	655
6.7. Prova nova	655
6.8. Sentença fundada em erro de fato	656
7. Requisitos da petição inicial	658
7.1. Trânsito em julgado	658
7.2. Depósito prévio	659
7.3. Prazo.....	661
8. Trâmite da rescisória.....	662
8.1. Recurso.....	664
8.2. Execução.....	666
9. Informativos do TST sobre a matéria	667
10. Quadro sinóptico.....	670
11. Questões.....	672

CAPÍTULO II

SISTEMA RECURSAL TRABALHISTA	677
1. Introdução	677
2. Conceito e fundamentos do recurso	678
3. Princípios.....	679
3.1. Princípios da taxatividade dos recursos.....	679
3.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da fungibilidade.....	679
3.3. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	680
3.4. Princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	681
3.5. Princípio da substituição	683
3.6. Princípio do <i>non reformatio in peius</i>	683

3.7.	Princípio da unirrecorribilidade	683
3.8.	Princípio da variabilidade.....	684
3.9.	Princípio da dialeticidade.....	684
4.	Requisitos de admissibilidade dos recursos	685
4.1.	Requisitos objetivos	685
A)	Recorribilidade.....	685
B)	Adequação – singularidade	685
C)	Preparo: depósito recursal e custas	686
-	Depósito recursal.....	686
-	Custas	690
D)	Tempestividade.....	694
-	Prazo em dobro	695
-	Início do prazo para recurso.....	695
E)	Representação.....	698
4.2.	Requisitos subjetivos	699
A)	Legitimidade	699
B)	Sucumbência – interesse.....	701
5.	Procedimento, desistência e efeitos dos recursos	702
5.1.	Procedimento.....	702
5.2.	Decisão monocrática do relator.....	704
5.3.	Desistência e renúncia do recurso.....	706
5.4.	Efeitos dos recursos	707
A)	Efeito devolutivo	707
B)	Efeito suspensivo	707
C)	Efeito obstativo	708
D)	Efeito translativo	708
E)	Efeito regressivo.....	710
F)	Efeito extensivo	710
G)	Efeito substitutivo	711
6.	Recursos em espécie	713
7.	Recurso ordinário.....	714
7.1.	Conceito.....	714
7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	715
A)	Prazo	715
B)	Preparo.....	715
7.3.	Petição de recurso ordinário	715
A)	Preliminar	716
B)	Prejudicial de mérito	716
C)	Mérito.....	716
7.4.	Procedimento na instância de origem.....	717
7.5.	Tramitação da instância superior	718
7.6.	Efeitos da interposição do recurso ordinário.....	720
8.	Recurso de revista.....	722
8.1.	Conceito.....	723
8.2.	Requisitos de admissibilidade.....	723
A)	Depósito recursal.....	724
B)	Divergência jurisprudencial	725
C)	Prequestionamento.....	728

D) Transcendência.....	730
E) Recurso de revista em rito sumaríssimo	730
8.3. Hipóteses em que não cabe recurso de revista.....	731
8.4. Procedimento.....	732
9. Recurso de embargos no TST.....	736
9.1. Conceito	736
9.2. Requisitos de admissibilidade.....	736
A) Depósito recursal.....	736
B) Divergência jurisprudencial – prequestionamento	737
9.3. Processamento dos embargos	739
10. Agravo de petição.....	741
10.1. Conceito	741
10.2. Requisitos de admissibilidade.....	741
10.3. Processamento do agravo de petição.....	743
11. Agravo de instrumento.....	743
11.1. Conceito	743
11.2. Requisitos de admissibilidade.....	744
A) Traslado.....	745
B) Tempestividade.....	746
C) Depósito recursal.....	746
D) Custas	746
11.3. Processamento do agravo de instrumento.....	747
12. Recurso adesivo.....	748
13. Embargos declaratórios	750
13.1. Conceito	750
13.2. Natureza jurídica.....	750
13.3. Pressupostos.....	751
A) Omissão	751
B) Obscuridade.....	752
C) Contradição	752
13.4. Objeto	753
13.5. Procedimento.....	754
13.6. Efeitos.....	755
14. Agravo interno	760
14.1. Previsão legal na CLT.....	760
14.2. Cabimento.....	760
15. Embargos infringentes.....	762
16. Reclamação correicional.....	763
17. Revisão do valor da causa	763
18. Reexame necessário	764
19. Recurso extraordinário	765
19.1. Cabimento na Justiça Laboral	765
19.2. Preparo	766
19.3. Competência.....	766
19.4. Procedimento.....	766
19.5. Repercussão geral.....	767
20. Uniformização de jurisprudência.....	768
20.1. Procedimento de uniformização no TST	770

20.2. Procedimento de uniformização no TRT	772
20.3. Efeitos da uniformização da jurisprudência	772
21. Recursos repetitivos.....	773
21.1. Tramitação no TST.....	773
21.2. Tramitação no TRT	774
21.3. Procedimento para julgamento do recurso repetitivo no TST.....	774
21.4. Efeitos do julgamento do recurso repetitivo em relação aos recursos sobrestados	775
21.5. A coisa julgada nos recursos repetitivos	776
21.6. Procedimento para julgamento dos recursos extraordinários repetitivos.....	776
22. Incidente de assunção de competência	778
23. Reclamação	778
24. Principais diferenças entre o processo civil e o processo.....	779
25. Informativos do TST sobre a matéria	780
26. Quadro sinóptico	791
27. Questões	798
27.1. Questões objetivas.....	798
27.2. Questões discursivas.....	805
28. Gabarito.....	806
28.1. Gabarito das questões objetivas	806
26.2. Gabarito das questões discursivas	809

PARTE IV PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I

LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO.....	813
1. Introdução	813
1.1. Previsão legal.....	813
1.2. Natureza jurídica da liquidação	814
1.3. Legitimidade.....	814
1.4. Liquidação de títulos extrajudiciais	814
2. Limites da liquidação	815
3. Espécies de liquidação	815
3.1. Liquidação por artigos	815
A) Prescrição da execução	816
B) Procedimento	816
3.2. Liquidação por arbitramento.....	817
3.3. Liquidação por cálculos.....	817
A) Verbas trabalhistas	817
B) Verbas previdenciárias.....	819
4. Questões controvertidas sobre cálculos	819
4.1. Correção monetária	819
4.2. Juros de mora.....	822
4.3. Imposto de renda	826
A) IR sobre verbas tipicamente trabalhistas.....	826
B) IR sobre juros de mora	827
C) IR sobre indenização por danos morais.....	828

4.4.	Prescrição.....	829
4.5.	Erro material nos cálculos e coisa julgada	829
5.	Cálculo das contribuições previdenciárias.....	829
5.1.	Procedimento da liquidação das contribuições previdenciárias	830
5.2.	Atualização monetária.....	832
5.3.	Juros de mora.....	834
5.4.	Multa.....	834
5.5.	Base de cálculo.....	835
5.6.	Limites mínimos e máximos do salário-de-contribuição	837
5.7.	Alíquotas.....	838
	A) Empregado e trabalhador autônomo.....	838
	B) Empregador e empresa	839
	C) Associação desportiva de futebol.....	839
	D) Empresas que aderem ao simples	839
	E) Agroindústria	840
	F) Produtor rural pessoa física	840
	G) Empregador doméstico.....	840
5.8.	Prazo.....	840
6.	Impugnação à conta de liquidação	841
7.	Sentença de liquidação: natureza e sua impugnação.....	841
8.	Recurso e ação rescisória.....	842
9.	Informativos do TST sobre a matéria	843
10.	Quadro sinóptico	845
11.	Questões	847
11.1	Questões objetivas.....	847
11.2	Questões discursivas.....	848
12.	Gabarito.....	848
12.1	Gabarito das questões objetivas	848
12.2.	Gabarito das questões discursivas	848

CAPÍTULO II

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 849

1.	Introdução	849
2.	Fonte formal do processo de execução trabalhista	851
3.	Princípios da execução trabalhista	853
3.1.	Execução patrimonial.....	853
3.2.	<i>Favor debitoris</i>	853
3.3.	<i>Nulla executio sine titulo</i>	854
3.4.	Princípio inquisitivo.....	854
4.	Natureza jurídica da execução trabalhista por título judicial	855
5.	Título executivo	855
5.1.	Conceito e espécies	855
5.2.	Características	857
	A) Certeza.....	857
	B) Liquidez	858
	C) Exigibilidade	858
5.3.	Ação monitoria	859
6.	Espécies de execução	860

6.1.	Quanto à exigibilidade do título.....	860
	A) Execução definitiva.....	861
	B) Execução provisória - Cumprimento provisório da sentença	861
6.2.	Quanto à natureza do título	865
	A) Execução por título judicial	865
	B) Execução por título extrajudicial.....	866
6.3.	Quanto ao estado de solvência do devedor	867
6.4.	Quanto à natureza da obrigação	868
6.5.	Execução de prestações sucessivas	869
6.6.	Execução de obrigação alternativa	869
6.7.	Execução de sentença sujeita a termo ou condição.....	870
6.8.	Cumulação de execução	870
7.	O inadimplemento como requisito da execução	871
	7.1. Condenação por sentença	871
	7.2. Acordo judicial e títulos executivos extrajudiciais	871
	7.3. <i>A exceptio non adimpleti contractus</i>	871
	7.4. O adimplemento defeituoso.....	872
8.	Falência, recuperação judicial e liquidação extrajudicial.....	872
	8.1. Crédito trabalhista privilegiado	873
	8.2. Alienação dos bens do empregador na falência e recuperação judicial	873
	8.3. Intervenção e liquidação extrajudicial.....	874
9.	Legitimidade.....	875
	9.1. Legitimação ativa	875
	9.2. Legitimação passiva.....	876
10.	Responsabilidade patrimonial	877
	10.1. Responsabilidade do sucessor a título singular.....	879
	10.2. Bens em poder de terceiros.....	879
	10.3. Bens do cônjuge.....	879
	10.4. Responsabilidade dos sócios e a teoria da desconsideração da personalidade jurídica – teoria da penetração.....	880
	10.5. Fraude à execução	883
	10.6. Responsabilidade do fiador	884
	10.7. Responsabilidade do espólio.....	884
	10.8. Responsabilidade solidária.....	885
	10.9. Responsabilidade subsidiária	885
11.	Competência.....	886
12.	Execução por carta	888
13.	Desistência da execução	889
14.	Prescrição intercorrente	889
15.	Garantia da execução – depósito recursal.....	891
16.	Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	891
17.	Nulidade da execução.....	892
18.	Suspensão da execução	892
19.	Extinção da execução	893
20.	Custas processuais e depósito recursal.....	894
21.	Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT	894
	21.1. Requisitos	895
	21.2. Certidão positiva de créditos trabalhistas.....	895

21.3. Banco de dados de devedores trabalhistas	896
21.4. Procedimento.....	896
21.5. Efeitos.....	896
A) Aquisição de imóveis	897
B) Restrições de financiamento por bancos oficiais.....	897
C) Identificação dos maiores devedores trabalhistas	897
D) Aquisição de empresas	898
E) Selo de qualidade trabalhista.....	898
22. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho	898
23. Informativos do TST sobre a matéria	899
24. Quadro sinóptico	903
25. Questões	908
25.1 Questões objetivas.....	908
25.2 Questões discursivas.....	909
26. Gabarito.....	909
26.1. Gabarito das questões objetivas	909
26.2. Gabarito das questões discursivas	910

CAPÍTULO III

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.....	911
1. Generalidades	911
2. Petição inicial.....	912
2.1. Requisitos da petição inicial de execução.....	912
2.2. Defeitos da petição inicial	913
3. Citação	913
3.1. Aplicação do art. 523, § 1º do novo CPC no processo do trabalho	914
3.2. Mandado de citação.....	915
3.3. Prazo.....	915
3.4. Formas de citação.....	916
4. Garantia da execução	917
5. Penhora, depósito e avaliação	918
5.1. Conceito de penhora.....	918
5.2. Espécies de penhora	918
A) Penhora de créditos	918
B) Penhora no rosto dos autos.....	920
C) Penhora em estabelecimento da empresa.....	920
5.3. Indicação de bens à penhora	921
A) Gradação legal	921
B) Prerrogativa para indicação de bens à penhora	924
C) Impugnação da nomeação	925
D) Substituição da penhora	925
E) Prova da propriedade.....	925
5.4. Procedimento da penhora	926
A) Termo e auto de penhora.....	927
B) Ausência de bens penhoráveis	927
C) Bens insuficientes	928
D) Registro da penhora.....	928
E) Resistência à penhora e ordem de arrombamento	928

F) Penhora por carta	929
G) Arresto	929
5.5. Depósito	930
5.6. Avaliação	932
A) Conceito	932
B) Procedimento	932
C) Impugnação	933
5.7. Intimação da penhora	934
5.8. Direito de preferência e outros efeitos da penhora	935
5.9. Segunda penhora, penhora complementar e substituição da penhora	936
5.10. Impenhorabilidade	936
A) Impenhorabilidade absoluta	937
B) Impenhorabilidade relativa de outros bens	938
C) Cláusula de impenhorabilidade	939
D) Teoria da impenhorabilidade relativa do salário	939
5.11. Bens gravados por hipoteca, penhor, anticrese e usufruto	942
5.12. Penhora <i>on line</i> – BACENJUD	943
A) Conceito	944
B) Procedimento	944
C) Embasamento legal	945
D) INFOJUD e RENAJUD	946
5.13. Protesto do título executivo judicial	947
6. Embargos à execução	947
6.1. Conceito e natureza jurídica	948
6.2. Requisitos	948
A) Segurança do juízo	948
B) Prazo	949
C) Petição inicial	950
6.3. Legitimação e fundamentos dos embargos à execução e dos embargos à penhora	950
A) Prescrição	951
B) Falta ou nulidade de notificação	951
C) Excesso de execução	951
D) Demais vícios	952
E) Impugnação à sentença de liquidação	954
6.4. Procedimento	954
A) Matéria de prova	955
B) Sentença	955
6.5. Embargos à execução por carta	955
6.6. Exceção de incompetência, de suspeição e de impedimento do juiz na execução	957
6.7. Exceção de pré-executividade	957
A) Conteúdo	957
B) Procedimento	958
C) Sentença e recurso	958
7. Impugnação do exequente	959
8. Embargos de terceiro	959
8.1. Legitimidade	960
8.2. Competência na execução por carta	961
8.3. Procedimento	962

8.4. Sentença e recurso.....	964
9. Expropriação dos bens.....	964
9.1. Alienação antecipada.....	965
9.2. Alienação por hasta pública.....	965
A) Arrematação à vista.....	966
B) Arrematação a prazo.....	967
C) Legitimação para arrematar.....	967
D) Arrematação pelo exequente.....	968
E) Preço vil.....	968
F) Preferência por arrematação global.....	968
G) Auto de arrematação e seus efeitos.....	969
H) Ineficácia da arrematação.....	970
I) Resolução da arrematação.....	970
J) Carta de arrematação.....	971
9.3. Praça e leilão presencial.....	971
9.4. Leilão virtual.....	973
9.5. Adjudicação.....	974
A) Conceito.....	974
B) Direito de preferência.....	974
C) Adjudicação e o valor do bem penhorado.....	974
D) Auto e carta de adjudicação.....	975
9.6. Concorrência de credores.....	976
9.7. Alienação por iniciativa particular.....	977
9.8. Usufruto de bem móvel ou imóvel – Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	978
10. Remição.....	979
11. Invalidação da arrematação, alienação e adjudicação.....	979
12. Pagamento – satisfação do credor.....	980
13. Frustração do credor.....	981
14. Principais diferenças entre o processo civil e o processo do trabalho.....	982
15. Informativos do TST sobre a matéria.....	982
16. Quadro sinóptico.....	989
17. Questões.....	999
17.1. Questões objetivas.....	999
17.2. Questões discursivas.....	1001
18. Gabarito.....	1002
18.1. Gabarito das questões objetivas.....	1002
18.2. Gabarito das questões discursivas.....	1003

CAPÍTULO IV

EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA, COISA INCERTA, FAZER E NÃO FAZER.....	1005
1. Execução de obrigação de dar coisa certa.....	1005
2. Execução de obrigação de dar coisa incerta.....	1006
3. Execução de obrigação de fazer.....	1007
4. Obrigações de não fazer.....	1009
5. Informativo do TST sobre a matéria.....	1009
6. Quadro sinóptico.....	1010

CAPÍTULO V**EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA..... 1011**

1. Citação	1011
2. Prazo para apresentação de embargos à execução	1011
3. Precatório judicial	1012
3.1. Regime ordinário de pagamento.....	1014
3.2. Regime especial de pagamento de precatórios – REPP	1014
A) Opções para pagamento pelo regime especial.....	1017
B) Gestão das contas especiais	1018
C) Formas de pagamento de precatórios	1019
D) Sanções.....	1020
3.3. Previsão orçamentária	1021
3.4. Crédito de natureza alimentícia.....	1021
3.5. Dívida de pequeno valor	1022
3.6. Pagamento preferencial	1024
3.7. Preterição e sequestro	1025
3.8. Intervenção	1027
3.9. Revisão de cálculo	1028
3.10. Atualização monetária e cessão de crédito.....	1029
3.11. Juízo auxiliar de conciliação de precatórios.....	1030
3.12. Compensação de débitos.....	1030
4. Impugnação à execução contra A Fazenda Pública.....	1031
5. Informativos do TST sobre a matéria	1032
6. Quadro sinóptico	1036
7. Questões	1038

CAPÍTULO VI**EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS..... 1041**

1. Histórico.....	1041
2. Natureza jurídica das contribuições previdenciárias	1043
3. Fato Gerador das contribuições previdenciárias	1044
4. Contribuições sociais executadas na Justiça do Trabalho	1046
5. A transação e a renúncia na fase de cognição e as contribuições previdenciárias	1047
6. A sentença e a definição da natureza jurídica das parcelas deferidas	1048
7. Reflexo da sentença trabalhista perante a previdência social: ação declaratória de existência de vínculo empregatício	1049
8. Competência concorrente ou exclusiva da Justiça do Trabalho?	1051
9. Rito utilizado para a execução das contribuições previdenciárias.....	1052
10. A execução de tributo sem lançamento.....	1053
11. Prescrição e decadência do crédito previdenciário	1055
12. Recolhimento das contribuições previdenciárias nos contratos de trabalho nulos.....	1055
13. Responsabilização pelo pagamento das contribuições previdenciárias	1056
14. O procedimento da execução das contribuições previdenciárias.....	1058
15. Embargos à execução previdenciária	1059
16. Recurso em matéria previdenciária	1059
17. Informativos do TST sobre a matéria	1060
18. Quadro sinóptico	1062
19. Questões	1063

PARTE V

PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO E MANDADO DE SEGURANÇA

CAPÍTULO I

DISSÍDIO COLETIVO	1067
1. Conceito e denominação.....	1067
2. Competência funcional.....	1068
3. Natureza jurídica e classificação.....	1068
3.1. Dissídio coletivo de natureza econômica	1069
3.2. Dissídio coletivo de natureza jurídica	1069
3.3. Dissídio coletivo de greve.....	1069
3.4. Dissídio coletivo originário e de revisão.....	1071
4. Instauração do dissídio coletivo.....	1072
4.1. Legitimidade ativa e passiva.....	1072
A) Efeitos da EC nº 45/04	1074
B) Servidores públicos.....	1074
4.2. Pressupostos de admissibilidade	1075
A) Negociação coletiva prévia.....	1075
B) Autorização da assembleia.....	1076
4.3. Procedimento.....	1077
A) Petição inicial	1077
B) Citação.....	1078
C) Audiência de conciliação	1078
D) Revelia e arquivamento.....	1079
5. Sentença normativa.....	1079
5.1. Vigência e efeitos	1081
5.2. Custas.....	1082
5.3. Coisa julgada	1082
5.4. Limites da sentença normativa e do exercício do poder normativo	1083
6. Extensão subjetiva das decisões normativas.....	1085
7. Revisão das decisões	1086
8. Recurso	1086
9. Informativos do TST sobre a matéria	1090
10. Quadro sinóptico	1093
11. Questões	1096
11.1. Questões objetivas.....	1096
11.2. Questões discursivas.....	1099
12. Gabarito.....	1099
12.1. Gabarito das questões objetivas	1099
12.2. Gabarito das questões discursivas	1101

CAPÍTULO II

AÇÕES COLETIVAS E AÇÃO DE CUMPRIMENTO	1103
1. Defesa dos direitos metaindividuais.....	1103
2. Arcabouço legal.....	1104
3. Espécies de ações coletivas.....	1106
3.1. Ação popular.....	1106
3.2. Ação civil pública.....	1106

3.3. Ação civil coletiva	1107
3.4. Diferenças entre a ação civil pública e ação civil coletiva.....	1107
3.5. Diferenças entre a ação civil pública, ação civil coletiva e a ação de cumprimento	1109
3.6. Diferenças entre a ação civil pública, a ação civil coletiva e o dissídio coletivo	1109
4. Competência.....	1109
4.1. Competência em razão da matéria.....	1109
4.2. Competência funcional.....	1110
4.3. Competência em razão do lugar	1110
5. Legitimação ativa e passiva	1111
6. Substituição processual.....	1114
7. Despesas processuais e litigância de má-fé	1115
8. Prescrição	1115
9. Procedimento.....	1117
9.1. Petição inicial e defesa.....	1117
9.2. Concessão de liminar e antecipação de tutela	1118
A) Recurso	1118
B) Liminares contra pessoa jurídica de direito público.....	1119
9.3. Desistência ou abandono da ação coletiva trabalhista	1120
9.4. Conciliação.....	1120
9.6. Sentença	1120
10. Litispendência.....	1121
11. Coisa julgada	1123
11.1. Direitos difusos e coletivos.....	1124
11.2. Direitos individuais homogêneos	1124
12. Recurso.....	1126
13. Execução.....	1126
14. Ação de cumprimento.....	1128
14.1. Natureza jurídica.....	1129
14.2. Fundamento da petição inicial	1129
14.3. Modificação da sentença normativa em grau de recurso	1129
15. Informativos do TST sobre a matéria	1130
16. Quadro sinóptico	1133
17. Questões	1136
17.1. Questões objetivas.....	1136
17.2. Questões discursivas.....	1138
18. Gabarito.....	1139
18.1. Gabarito das questões objetivas	1139
18.2. Gabarito das questões discursivas	1139

CAPÍTULO III

MANDADO DE SEGURANÇA	1141
1. Conceito e denominações	1141
2. Previsão legal.....	1141
3. Espécies.....	1142
4. Legitimidade passiva	1143
5. Competência.....	1144
5.1. STF	1144
5.2. STJ	1144

5.3. No Tribunal Superior do Trabalho.....	1144
5.4. Nos Tribunais Regionais do Trabalho	1145
6. Cabimento na Justiça do Trabalho.....	1145
7. Requisitos	1146
7.1. Prazo decadencial	1146
7.2. Direito líquido e certo.....	1146
7.3. Ato de autoridade	1147
7.4. Decisão recorrível.....	1147
8. Procedimento.....	1148
8.1. Liminar.....	1149
8.2. Sentença e coisa julgada	1151
9. Recurso	1151
10. Casuística.....	1153
11. Informativos do TST sobre a matéria	1158
12. Quadro sinóptico	1162
13. Questões	1164
13.1. Questões objetivas.....	1164
13.2. Questões objetivas.....	1165
14. Gabarito.....	1165
14.1. Gabarito das questões objetivas	1165
14.2. Gabarito das questões discursivas	1166

PARTE VI ANEXOS

OJ'S DA SDI-1.....	1169
OJ'S DA SDI-2.....	1189
SÚMULAS DO TST	1199
BIBLIOGRAFIA	1235